

Investigação dos Estágios de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Estado do Paraná

Autoria: Ivy Silva Costa, Suely de Fátima Ramos Silveira

Resumo

As desigualdades socioeconômicas entre regiões e municípios têm sido foco de discussões em diversas áreas do conhecimento, já que seus efeitos proporcionam diferentes estágios de desenvolvimento e de qualidade de vida. Apesar de o Estado do Paraná ser considerado um dos mais desenvolvidos do país, seus municípios apresentam realidades socioeconômicas heterogêneas, proporcionando diferentes níveis de desenvolvimento. Entende-se que o conceito de desenvolvimento é multidimensional, englobando aspectos de renda, educação, saúde, saneamento, emprego, entre outros. Neste sentido, o presente trabalho buscou identificar e analisar fatores importantes para se mensurar o desenvolvimento e os diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico existentes entre os municípios do Estado do Paraná. Assim como hierarquizou-se e agrupou os municípios paranaenses com base nos fatores obtidos. A revisão de literatura englobou a abordagem de políticas públicas, gestão pública e desenvolvimento local. As análises foram realizadas com base em doze variáveis socioeconômicas referentes ao ano de 2008 e selecionadas com base em outros estudos na área. As variáveis estudadas foram obtidas junto ao Datasus, Iparde e STN. Utilizou-se como modelo analítico a abordagem multivariada de dados. Por meio da análise fatorial, as variáveis foram reduzidas a três fatores (infraestrutura, educação e saúde e econômico), os quais foram base para a hierarquização dos municípios e para a construção dos 5 *clusters*. Como resultado, tem-se o grupo 2 com 30,45% dos municípios, apresentando as piores condições de desenvolvimento e os grupos 4 e 5 alcançando as melhores condições de desenvolvimento em relação aos municípios analisados. A diferença em relação aos grupos 4 e 5 ocorreu no fator de educação e saúde e no fator econômico. A mesorregião Metropolitana de Curitiba apresentou municípios pertencentes desde o *cluster* 1 até o *cluster* 5, demonstrando a heterogeneidade de desenvolvimento entre os municípios desta região. Percebeu-se que, como apresentado na literatura, o crescimento econômico, necessariamente, não gera desenvolvimento. Verificou-se que há um desenvolvimento desequilibrado no Estado do Paraná, sendo necessária a formulação de políticas públicas específicas para cada região. Espera-se que este estudo contribua com os gestores públicos, de forma a orientá-los na formulação de políticas públicas que diminuam as disparidades socioeconômicas e para uma melhor alocação e gestão dos recursos a fim de promover um desenvolvimento equilibrado entre municípios, mesorregiões e o Estado como um todo.

1 Introdução

As desigualdades socioeconômicas entre regiões e municípios têm sido foco de discussões em diversas áreas do conhecimento, já que seus efeitos proporcionam diferentes estágios de desenvolvimento e de qualidade de vida para uma região, estado ou país. A desigualdade socioeconômica reveste-se de particular importância no século XXI, devendo ocupar as agendas dos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento.

Devido à existência de peculiaridades entre municípios de uma mesma região e entre regiões de um mesmo estado, as políticas públicas devem ser formuladas considerando-as para que possam ser mais eficientes na redução das disparidades. Assim, torna-se importante que os formuladores de políticas públicas tenham maior conhecimento da realidade em que se irá atuar para que sejam capazes de identificar os diferentes aspectos socioeconômicos existentes em um mesmo município ou região.

A grande maioria dos estudos realizados associa a questão da desigualdade e do desenvolvimento às variáveis de renda (como exemplo, PIB *per capita*, renda familiar *per capita*, salário médio, entre outras) o que pode fazer com que ela seja sub-dimensionada, pois a dimensão renda corresponde a apenas um dos parâmetros referente à situação dos indivíduos na sociedade. Assim, entende-se que o desenvolvimento possui caráter multidimensional, ou seja, engloba outras dimensões além da renda, como saneamento, educação, saúde, mercado de trabalho, industrialização, urbanização, produção, entre outras que visam proporcionar melhor bem-estar à população.

Enfatiza-se que o crescimento econômico, o qual pode ocorrer de forma desigual no tempo e em diferentes espaços territoriais, necessariamente, não gera desenvolvimento. Tomazzoni (2009) argumenta que para haver desenvolvimento a partir do crescimento econômico, os resultados deste têm de ser distribuídos para toda a população, proporcionando melhor distribuição de renda e acesso à educação, saúde e saneamento básico, o que pode ser alcançado por meio das funções distributiva e alocativa da política fiscal.

Entende-se que o processo de desenvolvimento possui estreita relação com a gestão pública, sendo necessárias ações fundamentadas em políticas públicas que gerem condições para que o desenvolvimento ocorra. Assim, apreende-se que o governo desempenha importante papel de articulador do desenvolvimento, pois é a partir da alocação eficiente dos recursos públicos que as condições de vida da população podem melhorar.

Desta forma, torna-se, pois, evidente, a necessidade da formulação e implementação de políticas públicas regionais, as quais consideram as diversidades e as potencialidades locais-regionais, sendo mais eficazes no alcance do desenvolvimento.

O Estado do Paraná, objeto de estudo deste trabalho, é considerado um dos mais desenvolvidos do país, no entanto, apresenta diferentes realidades socioeconômicas quando analisadas suas regiões e seus municípios individualmente (PNUD, 2010).

Sob essa perspectiva, torna-se relevante o estudo das diferenças existentes entre os municípios paranaenses com base nas características associadas aos estágios de desenvolvimento socioeconômico.

Diante deste contexto e do fato de que o Estado do Paraná é considerado um dos mais desenvolvidos do país, o presente trabalho buscou identificar e analisar fatores importantes para se mensurar o desenvolvimento e os diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico existentes entre os municípios do Estado do Paraná. Além disso, hierarquizar-se os municípios paranaenses com base nos fatores obtidos.

O artigo encontra-se estruturado em mais quatro seções, além desta introdutória. Na segunda apresenta-se a revisão de literatura, na terceira têm-se a descrição dos procedimentos

metodológicos, na quarta são apresentados e discutidos os resultados encontrados e, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais.

2 Revisão de Literatura

2.1 Políticas Públicas

As diferenças existentes entre os membros de uma comunidade fazem com que a vida em sociedade seja complexa e envolva conflitos, os quais devem ser mantidos em níveis administráveis por meio da política. Rua (1997) define política como procedimentos formais e informais que determinam relações de poder e que buscam resolver de forma pacífica os conflitos referentes a bens públicos.

Grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas dos atores sociais ou aquelas formuladas pelos agentes do sistema político. Para alcançar resultados, produzir bem-estar social e promover o desenvolvimento socioeconômico, torna-se relevante a formulação de políticas públicas (RUA, 1997).

Souza (2006) define política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e, ou, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas ações. A partir disto, entende-se que o Estado cria políticas públicas em resposta às necessidades da sociedade e de si próprio. De forma semelhante, Höfling (2001, p.31) menciona que as políticas públicas seriam “o Estado em ação”.

Assim, entende-se que a política pública faz parte da agenda de governo, pois representa decisões sobre situações-problema que adquirem relevância de ação do ponto de vista político e administrativo, as quais os governos adotam em formas de ações e programas para intervir nas relações sociais.

Conforme Frey (2000) e Souza (2006), a tipologia de Lowi (1964) baseia-se no critério de “impacto esperado na sociedade”, podendo as políticas públicas assumir quatro formas, a saber: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. A primeira tende a privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo, sendo que, em princípio, só parece distribuir vantagens, pois não acarreta custos para os grupos que não são beneficiados; a segunda (regulatória) é mais visível ao público, pois gera ordens, proibições, decretos e portarias, podendo os custos e benefícios serem distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade; a terceira (redistributiva) impõe perdas para certos grupos sociais e ganhos para outros, visto que busca diminuir a desigualdade social, tendo como exemplo as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário; e por fim, a quarta (constitutiva) lida com procedimentos, estabelece a base de todas as outras políticas, já que determinam as regras do jogo.

Para Ho (2000) o resultado de qualquer política pública corresponde aos recursos que se tem e ao comportamento dos indivíduos que são afetados direta ou indiretamente por ela, sendo o comportamento deles assumido como variável. Desta forma, o autor argumenta que procurar conhecer a natureza humana, mais especificadamente o comportamento do grupo afetado, é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes.

Tavares (2006) enfatiza que as políticas públicas se caracterizam como ferramentas essenciais para o desenvolvimento local, visto que correspondem a ações de governo constituídas em legislações específicas e em processos de debate com a população.

2.2 Gestão Pública

Matias-Pereira (2009, p.2) menciona que a gestão pública corresponde à ação do Estado-nação que tem por objetivo “viabilizar e garantir direitos, ofertar serviços e distribuir recursos”. O autor infere que a administração pública corresponde ao elo entre o Estado e a

sociedade, sendo que “os efeitos das decisões e ações da gestão pública se refletem de forma intensa sobre os cidadãos, os segmentos sociais e os agentes econômicos”.

A gestão pública brasileira baseia-se no modelo burocrático de Max Weber, o qual se caracteriza, principalmente, pela hierarquização, caráter legal das normas e regulamentos, caráter racional e divisão do trabalho, além de rotinas e procedimentos padronizados. Em função da formalização em excesso de todo o processo gerencial, várias propostas de reformas do Estado passaram a ser desenvolvidas. (TORRES, 2008; PRESTES-MOTTA e BRESSER-PEREIRA, 1981).

A reforma mais conhecida é a iniciada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em 1995, a qual se denominou de Reforma da Gestão Pública ou Reforma Gerencial do Estado. De acordo com Bresser-Pereira (1995) esta reforma buscava a distribuição das responsabilidades entre os três níveis de governo e a própria nação brasileira e abrangia os problemas de desempenho do aparelho estatal, procedentes de uma crise fiscal, operacional e estrutural.

De acordo com Bresser-Pereira e Pacheco (2005), a Reforma da Gestão Pública tem como objetivo a formação de um aparelho de Estado forte e eficiente, no qual a administração seja mais autônoma e mais responsabilizada perante a sociedade. Esta Reforma compreende três dimensões, a saber: institucional-legal (voltada à descentralização da estrutura organizacional); gestão (busca maior autonomia e responsabilização para os gestores); e cultural (busca transformar a “cultura burocrática” do Estado em “cultura gerencial”, proporcionar maior confiança, melhor qualidade e menor custo).

Tavares (2008) argumenta que a má gestão dos recursos públicos pode vir a diminuir o bem-estar da população e aumentar as desigualdades socioeconômicas. Assim, Torres (2008, p.42) considera a transparência (*accountability*) um componente fundamental da administração pública, aliado ao controle social, “com impactos positivos sobre a responsabilização dos governantes” e sobre a “diminuição dos níveis de corrupção praticados no setor público”. Buscando regular o sistema público financeiro, criou-se no ano de 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que enfatiza a transparência no uso dos recursos públicos.

A política fiscal abrange três funções: alocativa, distributiva e estabilizadora, as quais buscam orientar a atuação do Estado e a formulação de políticas públicas para a maximização do bem-estar da população (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; REZENDE, 2001).

A função alocativa refere-se ao fornecimento de bens públicos e meritórios que o governo deve oferecer à sociedade, como saúde, educação, saneamento, habitação, outros. A distributiva visa melhorias da distribuição de renda de modo a reduzir as falhas provocadas pelo mercado. A estabilizadora busca minimizar as crises macroeconômicas, por meio do elevado nível de emprego, da estabilização no nível de preços, do equilíbrio na balança de pagamentos e de uma aceitável taxa de crescimento econômico (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; SALDANHA, 2006).

De acordo com Matias-Pereira (2009), a administração pública contemporânea tem como desafios a viabilização da inclusão, a redução da desigualdade e a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, o que faz com que os governos repensem a questão da governança, do modelo de gestão pública e do relacionamento com a sociedade.

2.3 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento, que engloba a melhoria das condições de vida das populações, obteve evidência no século XX (SOUZA, 1999). Sachs (2004, p. 13) enfatiza que “os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material”, que corresponde ao crescimento econômico, o qual é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento, pois aquele não traz, automaticamente, este último.

O crescimento se transformará em desenvolvimento somente se for priorizada a efetiva melhoria das condições de vida da população, pois o desenvolvimento é consequência da forma de utilização dos recursos gerados pelo crescimento econômico (FURTADO, 2004; VEIGA, 2006)

De maneira semelhante, Boisier (1989) considera o desenvolvimento de uma região como um fenômeno diferente do simples crescimento, visto que aquele implica a capacidade de internalizar regionalmente o próprio crescimento. Ou seja, o processo de desenvolvimento ocorre a partir do momento em que as regiões são capazes de reter e reinvestir em si próprias parcela significativa do excedente gerado pelo seu crescimento econômico e desenvolvimento anteriores.

Para Sen (2000) o desenvolvimento é um processo que compreende não apenas industrialização e progresso tecnológico, mas outros determinantes como disposição social, a exemplo dos serviços de saúde, educação e direitos civis.

O desenvolvimento local pode ser entendido como um conjunto de ação coordenada, descentralizada e focalizada, que tem como intuito melhorar as condições de vida da população e estimular a participação dos atores relevantes (COELHO, 1997).

De acordo com Haddad (2004) o desenvolvimento de um município depende, fundamentalmente, de sua capacidade de organização social que se associe ao aumento da autonomia local para tomada de decisão, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, assim como a um processo permanente de conservação e preservação do meio ambiente microrregional.

Tomazzoni (2009) menciona que a teoria do desenvolvimento endógeno é uma abordagem do desenvolvimento local, pois aquele corresponde ao processo conduzido pela comunidade local a fim de melhorar o nível de vida da população.

Vazquez-Barquero (2002, p.24), ao abordar o desenvolvimento endógeno, afirma que pode-se compreendê-lo “como sendo um processo de crescimento econômico e mudança estrutural que é conduzido pela comunidade local e emprega seu potencial para o desenvolvimento, para melhorar as condições de vida da população local”.

Conforme Buarque (1999, p.29), para que o desenvolvimento seja um processo consistente e sustentável, ele “deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais”.

Enfatiza-se que este artigo fundamenta-se na visão dos autores que consideram o desenvolvimento como multidimensional, podendo citar como alguns exemplos Veiga (2006), Furtado (2004), Haddad (2004), Sachs (2004), Sen (2000), Boisier (1989), entre outros.

3 Metodologia

A metodologia está dividida em três seções, sendo elas: delimitação da área de estudo, fonte de dados e identificação das variáveis, e procedimentos analíticos, no qual descrevem as técnicas Análise Fatorial e Análise de *Cluster*.

3.1 Área de Estudo

O Estado do Paraná, objeto de estudo deste artigo, é o décimo quinto Estado do país em área, o sexto em população e o quinto na economia nacional. Respondeu, em 2009, por 5,9% do PIB nacional. Possui uma área de 199.880 Km² em que se distribuem 399 municípios, 39 microrregiões e 10 mesorregiões. No ano de 2010, o Estado era composto por 10.439.601 habitantes, sendo que 85,3% deles residiam na zona urbana, sendo a densidade demográfica 52,2 hab/km² (IPARDES, 2011).

No ano de 2008, o Paraná apresentou um PIB de R\$ 179.270 milhões, sendo o setor de comércio e serviços o principal para a economia, visto que foi responsável por 63,9% do valor adicionado, seguido dos setores industrial e agropecuário, os quais participaram com 26,4% e 9,6%, respectivamente (IPARDES, 2011).

Devido ao dinamismo da indústria e dos serviços, os municípios da região Metropolitana de Curitiba se destacam dentre as maiores economias do Estado, sendo Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais os três municípios mais representativos no PIB do Paraná, respectivamente, 24,2%, 6,1% e 5,8%. No interior do Estado, na mesorregião Norte Central, sobressaem Londrina e Maringá pela intensa presença da agroindústria e dos serviços. Foz do Iguaçu, município da região Oeste, destaca-se nas atividades ligadas ao turismo e à produção de energia elétrica. No litoral paranaense, o município de Paranaguá, que pertencente à mesorregião Metropolitana de Curitiba, é reconhecido pelas atividades ligadas ao Porto (IPARDES, 2011).

No entanto, Carvalho e Carvalho (2006, p.xiii) argumentam que “embora o Paraná apresente crescimento econômico e indicadores de qualidade de vida acima da média nacional, esses não se distribuem igualmente pelo estado”.

3.2 Fonte de Dados e Identificação das Variáveis

O desenvolvimento alcançado por determinada microrregião possui caráter multidimensional. Assim, para caracterizá-lo de forma abrangente, torna-se necessário analisar variáveis que representem as dimensões econômicas, sociais, demográficas e de infraestrutura, dentre outras (ROSADO, ROSSATO e LIMA, 2009).

Com a finalidade de identificar os fatores que possam evidenciar os níveis de desenvolvimento dos municípios do Estado do Paraná, selecionou-se 12 variáveis consideradas importantes para se mensurar as condições socioeconômicas municipais, considerando o caráter multidimensional do desenvolvimento.

Buscou-se selecionar variáveis utilizadas por outros autores que realizaram trabalhos na área, como Vidigal, Amaral e Silveira (2010); Rosado, Rossato e Lima (2009); Silva, Melo e Esperancini (2006); e variáveis que integram o Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM¹). Ressalta-se que as variáveis também foram selecionadas considerando a capacidade de influência da gestão municipal nas mesmas, visto que o foco desse artigo são os municípios paranaenses, e a disponibilidade dos dados para o ano de 2008. A escolha desse ano ocorreu em função do maior número de informações disponíveis.

As variáveis foram coletadas junto ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN).

A seguir, apresenta-se a Tabela 1 com as variáveis utilizadas na pesquisa, suas descrições e respectivas fontes de coleta de dados.

Tabela 1: Variáveis Utilizadas na Análise Fatorial para os Municípios Paranaenses, 2008

Variáveis	Descrição	Fonte
Domicílios com abastecimento de água	Percentual de domicílios servidos de água proveniente de uma rede geral ou pública de abastecimento, no domicílio ou no peridomicílio.	DATASUS
Domicílios com lixo coletado	Percentual de domicílios com lixo coletado por serviço, empresa pública ou particular.	DATASUS
Domicílios com energia elétrica	Percentual de domicílios que possuem energia elétrica, mesmo que o fornecimento não seja contínuo ou que a instalação não seja regularizada.	DATASUS
Densidade demográfica	Mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a IPARDES área de uma determinada região.	
Receita tributária <i>per capita</i>	Total de arrecadação própria do município por meio de impostos, taxas e contribuições de melhoria dividido STN pela população total.	
PIB <i>per capita</i>	Total de riqueza (bens e serviços) gerada em 2008 pelos municípios paranaenses dividido pela população total.	IPARDES Expresso em moeda corrente.
Estabelecimentos de saúde <i>per capita</i>	Quantidade de estabelecimentos de saúde contidos no CNES por tipo, nível de atenção, serviço/classificação, tipo de habilitação e tipos de atendimentos prestados diretamente, subordinado à esfera municipal dividido pela população total.	DATASUS
Profissionais de saúde <i>per capita</i>	Quantidade de profissionais (indivíduos) de saúde que trabalham em estabelecimento de saúde que está diretamente subordinado à esfera municipal dividido pela população total.	DATASUS
Número de empregos <i>per capita</i>	Número de vínculos empregatícios ativos no município dividido pela população total.	IPARDES
Estabelecimentos de ensino <i>per capita</i>	Número de estabelecimentos de ensino, da rede municipal, com creche, pré-escola e ensino fundamental dividido pela população total.	IPARDES
Número de matrículas <i>per capita</i>	Número de alunos matriculados e efetivamente freqüentando a creche (crianças de até três anos de idade), a pré-escola (crianças de quatro a seis anos de idade) e o ensino fundamental, na rede municipal, dividido pela população total.	IPARDES
Número de docentes <i>per capita</i>	Total de pessoas em atividades docentes em sala de aula na creche, pré-escolar e ensino fundamental, na rede municipal, dividido pela população total.	IPARDES

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram levantadas informações para os 399 municípios do Estado do Paraná, entretanto, alguns não apresentaram dados referentes a todas variáveis selecionadas, o que fez com que fossem excluídos da análise. Assim, obteve-se uma amostra de 335 municípios, o que representa 83,96% do universo estudado.

Enfatiza-se que os procedimentos estatísticos realizados neste artigo foram efetuados por meio do programa SPSS 15.0 (*Statistical Package of Social Science*).

3.3 Procedimento Analítico

3.3.1 Análise Fatorial

Realizou-se o procedimento de análise fatorial com as doze variáveis em estudo a fim de obter número reduzido de fatores. De acordo com Hair Jr. *et al.* (2005), a análise fatorial analisa as inter-relações entre grande número de variáveis, definindo um conjunto de dimensões comuns que são denominadas de fatores.

Segundo Mingoti (2005), na análise fatorial, as variáveis mais correlacionadas se combinam num mesmo fator, sendo estas independentes daquelas que compõem o outro fator, ou seja, os fatores não são correlacionados entre si.

O procedimento utilizado para a extração dos fatores foi o dos componentes principais com rotação ortogonal, que é mais adequado quando se deseja obter um número mínimo de fatores para explicar a máxima variância representada pelo conjunto das variáveis originais. Pelo método componentes principais os fatores são calculados por ordem decrescente de importância, ou seja, o primeiro fator apresenta o maior percentual de explicação da variância total dos dados, o segundo fator tem o segundo maior percentual, e assim sucessivamente (PESTANA; GAGEIRO, 2008; MAROCO, 2007).

A rotação ortogonal foi realizada pelo método Varimax, que busca minimizar o número de variáveis fortemente relacionadas com cada um dos fatores, facilitando a interpretação dos resultados e mantendo a ortogonalidade entre os fatores (FERREIRA; ABRANTES; PEREZ, 2008).

O modelo fatorial assume que existe um número de fatores inferiores ao número de variáveis originais que são capazes de explicar uma porcentagem elevada da variância total das variáveis originais. O *eigenvalue* (raiz característica) e o *scree-plot* são geralmente utilizados para se determinar o número mínimo de fatores necessários para explicar uma proporção considerável da variância total dos dados originais. Usualmente consideram-se para análise apenas os fatores que apresentam *eigenvalue* superior a um (PESTANA; GAGEIRO, 2008; MAROCO, 2007).

Para avaliar a adequação dos dados à análise fatorial, destaca-se o critério *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e o Teste de *Bartlett*, os quais são dois procedimentos estatísticos que permitem medir a qualidade das correlações entre as variáveis de modo a prosseguir com a análise fatorial. O KMO corresponde a uma estatística que varia entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor o ajustamento dos dados. O Teste de Bartlett testa a hipótese de que a matriz de correlação é uma matriz identidade (PESTANA; GAGEIRO, 2008; MAROCO, 2007; HAIR Jr. *et al.*, 2005).

De acordo com Rosado, Rossato e Lima (2009), após a definição dos fatores, segue-se a determinação dos escores fatoriais associados a cada fator. Segundo Monteiro e Pinheiro (2004), os escores fatoriais de cada fator podem indicar a posição relativa de cada observação relativamente ao conceito expresso pelo fator. Assim, a partir da matriz dos escores fatoriais, é possível construir um índice para hierarquizar as observações (municípios).

3.3.2 Análise de Clusters

Após a redução dos fatores, com o objetivo de formar grupos homogêneos de municípios paranaenses segundo determinadas características, realizou-se a análise de *clusters* ou de conglomerados. De acordo com Pestana e Gageiro (2008) a análise de *cluster* é recomendada quando se desconfia que a amostra a ser analisada não seja homogênea.

Conforme Hair Jr. *et al.* (2005), os sujeitos ou variáveis em cada conglomerado tendem a ser semelhantes entre si e diferentes das pertencentes aos outros conglomerados. Sendo esta também a finalidade da análise dos diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico, justifica-se a utilização da análise de *cluster* neste artigo.

Mingoti (2005) menciona que a análise de conglomerados é bastante utilizada para a classificação de cidades ou regiões de acordo com as variáveis físicas, econômicas, sociais, dentre outras.

Na análise de *clusters*, os agrupamentos de sujeitos ou variáveis são alcançados a partir de medidas de semelhança ou medidas de dessemelhança (distância) entre, inicialmente, os sujeitos e, mais tarde, entre os conglomerados, usando técnicas hierárquicas ou não-hierárquicas de agrupamentos. Os métodos não-hierárquicos destinam-se a agrupar os objetos num conjunto de grupos que deve ser previamente definido pelo analista e os procedimentos hierárquicos são utilizados quando se deseja que os grupos sejam formados de acordo com características comuns dos dados observados, ou seja, os grupos não são definidos *a priori*. Os procedimentos hierárquicos recorrem a passos sucessivos de agregação dos sujeitos na formação de uma estrutura hierárquica, podendo seguir a via aglomerativa ou a via divisível (HAIR JR. *et al.*, 2005; MAROCO, 2007).

Neste trabalho utilizou-se o método hierárquico aglomerativo de *Ward*. Segundo Ferreira, Abrantes e Perez (2008, p.162) “o procedimento básico consiste em computar uma matriz de distância ou similaridade entre os indivíduos, a partir da qual se inicia um processo de sucessivas fusões destes, com base na proximidade ou similaridade entre eles”. Como medida de semelhança entre as observações (municípios), utilizou-se o quadrado da distância euclidiana.

Ressalta-se que na análise de *cluster* o número de agrupamentos considerados depende do julgamento do pesquisador, pois não há nenhuma regra quanto a isso. Espera-se que o pesquisador fundamente sua decisão com outras análises, sendo comum realizar uma análise descritiva comparativa para a validação dos agrupamentos, tomando, como referência, variáveis selecionadas (FERREIRA; ABRANTES; PEREZ, 2008).

4 Resultados e Discussão

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados, buscando evidenciar os estágios de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Estado do Paraná a partir de um conjunto de variáveis referente ao ano de 2008.

Com o propósito de compreender o comportamento dos dados, realizou-se a análise descritiva das variáveis socioeconômicas utilizados na análise fatorial, que é apresentada na Tabela 2.

Observa-se, pela Tabela 2, que as variáveis densidade demográfica, receita tributária *per capita*, estabelecimento de saúde *per capita* e empregos *per capita*, apresentaram valores de desvio-padrão maior do que a metade de seus respectivos valores médio e altos valores de amplitude (valores mínimo e máximo), demonstrando heterogeneidade entre os municípios paranaenses analisados no que se refere a essas variáveis.

Entre as variáveis de infraestrutura, o percentual de domicílios com energia elétrica foi o que apresentou menor valor de desvio-padrão, apontando para uma distribuição mais homogênea entre os municípios paranaenses referente ao acesso à energia elétrica.

O PIB *per capita* médio foi de R\$12.152,10, apresentando alto valor de amplitude, visto que seu valor máximo corresponde a, aproximadamente, 11,30 vezes o valor mínimo. A partir disso, pode-se inferir que há desigualdade entre os municípios analisados em relação à riqueza gerada.

Tabela 2: Estatística Descritiva das Variáveis Utilizados na Análise Fatorial dos Municípios Paranaenses para o ano de 2008

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Assimetria	Curtose
% Dom. abast. água	9,09	100,00	75,58	20,93	-0,79	-0,20
% Dom. lixo coletado	13,38	100,00	74,96	22,24	-0,72	-0,49
% Dom. energia elétrica	75,12	100,00	96,98	4,31	-2,53	6,56
Densidade demográfica	5,00	4.197,74	69,28	270,34	12,08	170,77
Rec. trib. <i>per capita</i>	16,53	602,03	91,84	71,27	3,53	17,22
PIB <i>per capita</i>	4.531,96	51.223,62	12.152,10	5.893,13	2,96	13,46
Estab. Saúde <i>per capita</i>	0,00009	0,00204	0,00052	0,00030	1,54874	3,41734
Prof. saúde <i>per capita</i>	0,00145	0,01609	0,00587	0,00223	0,90278	1,62133
Empregos <i>per capita</i>	0,04566	0,65411	0,15061	0,08020	1,90582	5,89284
Estab. Ensino <i>per capita</i>	0,00021	0,00349	0,00105	0,00048	1,25739	2,58471
Matriculas <i>per capita</i>	0,04164	0,18123	0,10835	0,01856	0,10038	0,91147
Docentes <i>per capita</i>	0,00217	0,01293	0,00592	0,00181	0,77003	1,30981

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com o objetivo de identificar os fatores associados ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses estudados, foi realizado o procedimento de análise fatorial visando agrupar as diversas variáveis selecionadas.

Buscando verificar a adequação dos dados à análise fatorial, realizaram-se os testes de *Bartlett* e de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), que aferiram a qualidade das correlações entre as variáveis, de forma que se pôde prosseguir com a análise fatorial. As variáveis utilizadas no estudo apresentaram bom ajustamento, pois o teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) obteve o valor de 0,786, o que indicou a existência de correlação média entre as variáveis. A consistência estatística foi representada pelo teste de esfericidade de *Bartlett*, o qual foi significativo a 1% de probabilidade.

Pelo método dos componentes principais foram extraídos três fatores com raízes características (*eigenvalues*) maiores do que um e que respondem, em conjunto, por 61,18% da variância total dos dados, conforme visualizado na Tabela 3.

Tabela 3: Caracterização dos Fatores Extraídos pelo Método dos Componentes Principais

Fator	Raiz Característica	Variância Explicada pelo Fator (%)	Variância Acumulada (%)
1	4,46	37,18	37,18
2	1,49	12,43	49,61
3	1,39	11,56	61,18

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na Tabela 4 são apresentadas as cargas fatoriais mais acentuadas de cada variável, ou seja, os maiores coeficientes de correlação entre a variável e o fator, após rotação ortogonal pelo método Varimax. Ressalta-se que a partir das cargas fatoriais apresentadas na Tabela 4 foi possível definir as variáveis que compõem cada fator e classificá-los quanto aos aspectos homogêneos. Optou-se pela exposição das cargas fatoriais superior a 0,50.

Tabela 4: Cargas Fatoriais após a Rotação Ortogonal pelo Método *Varimax*

	Fator		
	1	2	3
% Dom. energia elétrica	0,86		
% Dom. abast. água	0,85		
% Dom. lixo coletado	0,85		
Docentes <i>per capita</i>		0,82	
Prof. saúde <i>per capita</i>		0,68	
Matriculas <i>per capita</i>		0,66	
Estab. Saúde <i>per capita</i>		0,61	
Estab. Ensino <i>per capita</i>		0,61	
Rec. trib. <i>per capita</i>			0,81
Densidade demográfica			0,62
PIB <i>per capita</i>			0,59
Empregos <i>per capita</i>			0,58

Fonte: Resultados da pesquisa.

- *Fator 1 (Infraestrutura)*: caracteriza os municípios paraenses quanto às condições de infraestrutura de seus domicílios. Este fator está diretamente relacionado às variáveis percentual de domicílios com energia elétrica, com abastecimento de água e com lixo coletado, pois tem correlação positiva e alta com elas. Neste sentido, quanto maior o valor do Fator 1, melhores serão as condições de infraestrutura dos municípios paraenses analisados.
- *Fator 2 (Educação e Saúde)*: assinala o desempenho dos municípios paraenses nas áreas de educação e saúde. Este fator está diretamente relacionado ao número de docentes *per capita*, de profissionais de saúde *per capita*, de matrículas *per capita*, de estabelecimento de ensino *per capita* e de estabelecimento de saúde *per capita*. É importante observar que, caso o Fator 2 de determinado município seja positivo e alto, significa que ele apresenta alto grau de desempenho nas dimensões de educação e saúde.
- *Fator 3 (Econômico)*: permite dimensionar o desempenho dos municípios paraenses em relação à renda, densidade e trabalho. O fator está diretamente relacionado às variáveis receita tributária *per capita*, densidade demográfica, PIB *per capita* e empregos *per capita*. Pode-se inferir que quanto maior o número de habitantes/km², maior tenderá a ser a receita tributária e o número de empregos, conseqüentemente, maior será a geração de riqueza no município. Conclui-se que municípios com alto valor no Fator 3 apresentam elevado grau de atividade econômica.

Para a hierarquização dos 335 municípios da amostra, utilizou-se dos escores dos três fatores obtidos. Ressalta-se que os escores calculados são sempre medidos em uma escala ordinal e, por isto, só podem indicar a posição relativa dos municípios (ROSADO; ROSSATO; LIMA, 2009).

Observou-se que 62,69% dos municípios paraenses estudados apresentaram valores positivos, ou seja, possuem melhores condições de habitação. Os municípios de Jaguapitã (1,604), Cafelândia (1,512) e Santo Antônio do Caiuá (1,491) ocuparam as três primeiras colocações no *ranking* do Fator 1. Por outro lado, os municípios de Goioxim (-3,628), Cândido de Abreu (-3,400) e Mato Rico (-3,118) apresentaram as piores condições de infraestrutura.

Enfatiza-se que apenas 44,48% dos municípios paraenses obtiveram valores positivos no Fator 2, ou seja, demonstraram desempenho nas áreas de educação e saúde. Os municípios de Nova Aliança do Ivaí (3,644), Leopólis (3,355) e Santo Antônio do Paraíso (3,164) apontaram os níveis mais elevados em relação ao Fator 2, enquanto os municípios de

Cambará (-2,217), Curitiba (-2,114) e Foz do Iguaçu (-1,926) apresentaram os menores níveis de desempenho nas dimensões educação e saúde. Ressalta-se que esses municípios obtiveram as melhores e as piores condições de educação e saúde, respectivamente, em relação às variáveis selecionadas e utilizadas neste estudo.

Observou-se que o fator 3 foi o que apresentou o menor percentual de municípios com valor positivo, pois, somente 40,60% dos municípios paranaenses apresentaram desempenho econômico positivo. Os municípios de Curitiba (9,309), Pinhais (4,609) e Paranaguá (3,853) apresentaram os níveis mais altos de atividade econômica. Com os menores índices no fator econômico, identificou-se os municípios de Marilena (-1,494), Godoy Moreira (-1,376) e Diamante do Norte (-1,342).

Destaca-se que os municípios das quatro primeiras posições do ranking do Fator 3 (Curitiba – 9,309; Pinhais – 4,609; Paranaguá – 3,853; São José dos Pinhais – 3,556) estão entre as dez maiores economias do Estado do Paraná, sendo os quatro pertencentes à mesorregião metropolitana de Curitiba. O município de Curitiba se destaca em razão do dinamismo da indústria e dos serviços; Pinhais por ser pólo industrial e de comércio da região, tendo elevado número de empresas que atuam nos mais variados setores; e Paranaguá pelas atividades ligadas ao Porto de Paranaguá, o qual é o maior porto do sul do País e movimenta cargas de vários estados do Brasil e de países como a Argentina, a Bolívia e o Paraguai. A partir do exposto, entende-se que as atividades mencionadas, para cada município, possuem forte impacto na economia dos mesmos, pois buscam contribuir com o desenvolvimento local e regional (IPARDES, 2011; PREFEITURA DE PINHAIS, 2011).

Diante da classificação dos três fatores, ficou evidente o desenvolvimento desequilibrado no Estado do Paraná devido aos diferentes graus de desempenho dos fatores nos municípios paranaenses. Somente os municípios de Cafelândia, Santo Antonio do Caiuá e Santo Antônio do Paraíso ocuparam as oito primeiras posições em dois dos três fatores analisados. O município de Paranapoema foi o 8º no *ranking* do fator de infraestrutura e o 328º no *ranking* do fator econômico. Já o município de Curitiba ocupou a 334ª posição no fator de educação e saúde e a 1ª posição no fator econômico.

Para melhor compreender os graus de desenvolvimento dos municípios do Estado do Paraná, realizou-se a análise de *cluster*. Por meio desta os municípios foram agrupados de acordo com os escores dos três fatores obtidos.

Para a interpretação dos cinco grupos formados, foi realizada a análise descritiva dos escores fatoriais de cada fator, os quais foram classificados em baixo, médio e alto de acordo com o valor da média. Ressalta-se que o limite superior foi representado pela média mais um desvio-padrão e o limite inferior pela média menos um desvio-padrão. Na Tabela 5 é apresentada a caracterização dos agrupamentos e o número de municípios em cada agrupamento.

Com base na Tabela 5, foi possível caracterizar os *clusters* formados quanto ao grau de desenvolvimento, ressaltando-se que a classificação é relativa ao desempenho apresentado pelos cinco grupos em cada um dos fatores analisados.

Para melhor interpretação dos grupos formados, calculou-se os valores médios das variáveis socioeconômicas que compõem os três fatores utilizados na análise de *cluster*. Ressalta-se que os valores médios foram calculados para os municípios da amostra em conjunto e para cada *cluster* separadamente.

Tabela 5: Análise de desempenho dos *clusters*, Municípios do Estado do Paraná, 2008

Clusters	Fatores	Estatística Descritiva					Classificação
		Municípios	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão	
1	Infraestrutura		-1,223	1,382	0,305	0,556	Médio
	Educação e Saúde	122	-2,217	1,606	-0,223	0,736	Médio
	Econômico		-1,494	0,140	-0,683	0,304	Baixo
2	Infraestrutura		-3,628	-0,043	-1,468	0,904	Baixo
	Educação e Saúde	71	-1,202	2,684	0,380	0,849	Médio
	Econômico		-1,019	2,339	-0,085	0,596	Baixo
3	Infraestrutura		-1,084	1,604	0,454	0,502	Médio
	Educação e Saúde	105	-1,926	0,768	-0,485	0,661	Médio
	Econômico		-0,281	1,834	0,408	0,502	Médio
4	Infraestrutura		-0,470	1,491	0,664	0,528	Médio
	Educação e Saúde	27	0,888	3,644	1,947	0,707	Alto
	Econômico		-0,537	1,389	0,275	0,481	Médio
5	Infraestrutura		-1,962	1,512	0,143	0,929	Médio
	Educação e Saúde	10	-2,114	2,122	-0,144	1,333	Médio
	Econômico		2,276	9,309	3,907	2,006	Alto

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os municípios que formam o *cluster* 2 apresentaram, relativamente, as piores condições de desenvolvimento socioeconômico no Estado do Paraná, pois dois dos três fatores analisados obtiveram baixo desempenho, que foram o de infraestrutura e o econômico, corroborando o fato das variáveis que os constituem terem apresentado médias inferiores às da amostra analisada.

Os *clusters* 4 e 5 apresentaram o maior grau de desenvolvimento, visto que tiveram dois fatores classificados como de médio desempenho e um fator de alto. Constatou-se que os fatores econômico e de educação e saúde diferenciam esses dois grupos, pois o fator de infraestrutura teve a mesma classificação, baixo, nos grupos 4 e 5. No *cluster* 4 o fator educação e saúde foi classificado como de alto desempenho, visto que todas as variáveis IPDM que compõem esse fator apresentaram valores médios maiores do que os da amostra. O agrupamento 5 obteve alto desempenho no fator econômico, visto que as variáveis que formam este fator apresentaram valores médios bem maiores do que os da amostra.

O *cluster* 3 constitui-se de municípios que alcançaram desempenho médio nos três fatores em análise (infraestrutura, educação e saúde e econômico). O fato desse *cluster* não apresentar nenhum fator classificado como de baixo desempenho, fez com que ele fosse considerado o segundo agrupamento com melhor grau de desenvolvimento relativo. Os municípios do *cluster* 3 apresentaram maiores valores médios para as variáveis dos Fatores 1 e 3 e menores valores para as variáveis do Fator 2 quando comparados aos valores médios dos municípios da amostra.

O grupo 1 obteve desempenho médio nos fatores de infraestrutura e econômico e desempenho baixo no de educação e saúde. O fato de esse *cluster* ter apresentado um fator com baixo desempenho, fez com que ele fosse considerado como o segundo agrupamento com pior nível de desenvolvimento. O baixo desempenho no fator de educação e saúde pode ser justificado pelo fato das variáveis docentes per capita, matrículas per capita e estabelecimentos de ensino *per capita* terem apresentado valores médios inferiores aos da amostra.

Para uma melhor visualização da distribuição dos municípios quanto aos diferentes estágios de desenvolvimento do Estado do Paraná, apresenta-se, a seguir, a Figura 1, ilustrando os cinco os *clusters* que foram formados a partir dos três fatores obtidos.

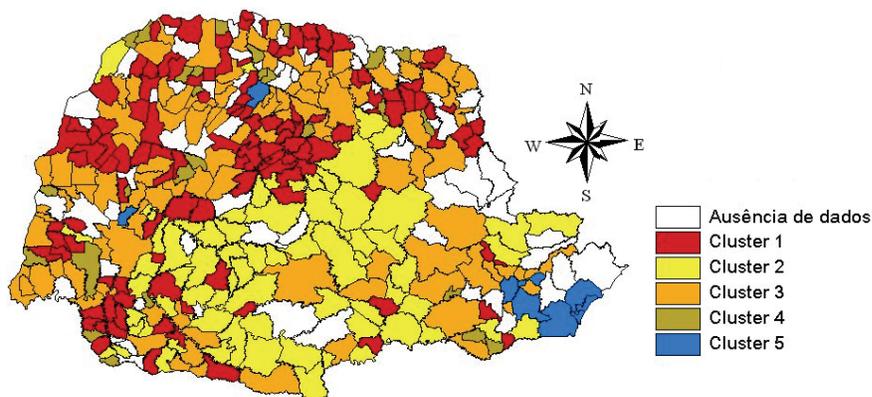


Figura 1: Níveis de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Paranaenses

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base na Figura 1, verifica-se a concentração do *cluster* 1 nas mesorregiões Sudoeste, Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro. O grupo 2, o qual apresentou o pior grau de desenvolvimento, com base nos três fatores analisados, predomina nas mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e oeste da Centro-Oriental. O *cluster* 3, que corresponde ao grau de desenvolvimento médio, é o que melhor se distribui no Estado do Paraná, com exceção das mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e oeste da Centro-Oriental. Os *clusters* 4 e 5, os quais apresentaram melhor grau de desenvolvimento, visto que a classificação é relativa, concentram-se nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba e no norte da Noroeste e da Norte Central e no sudoeste da Oeste e da Sudoeste.

Destaca-se que a mesorregião Metropolitana de Curitiba foi composta por municípios que pertencem desde o *cluster* 1 até o *cluster* 5, conforme se verifica pela Figura 1, demonstrando a desigualdade quanto ao grau de desenvolvimento entre os municípios desta região. A partir do exposto, constatou-se a existência de desigualdade socioeconômica entre as regiões geográficas e os municípios do estado do Paraná.

5 Considerações Finais

De acordo com as variáveis selecionadas e utilizadas, o presente artigo possibilitou identificar três fatores importantes (Infraestrutura; Educação e Saúde; e Econômico) para se mensurar os estágios de desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses.

A aplicação da análise fatorial aos municípios paranaenses da pesquisa revelou ser eficaz na geração de agrupamentos coerentes com as proposições da revisão de literatura, em que se observou diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico, pois os municípios foram distribuídos em cinco grupos.

Enfatiza-se que a mesorregião Metropolitana de Curitiba apresentou municípios que pertencem desde o *cluster* 1 até o *cluster* 5, demonstrando a heterogeneidade de desenvolvimento entre os municípios desta região. Verificou-se que, mesmo que alguns municípios apresentem condições favoráveis ao desenvolvimento, sempre haverá aspectos a serem melhorados para que se elevem as condições de desenvolvimento, como é o caso dos *clusters* 4 e 5 que não apresentaram valor máximo nos três fatores analisados. Este fato pode contribuir para os gestores públicos incluírem na agenda de políticas públicas os fatores que carecem de atenção na região, podendo ser objeto de políticas públicas.

Com base nos resultados, percebeu-se que, como apresentado na literatura, o crescimento econômico, necessariamente, não gera desenvolvimento, pois, na amostra analisada, o grupo 4 apresentou médio desempenho no fator econômico e, mesmo assim, obteve um grau de desenvolvimento mais elevado. Assim, destaca-se, mais uma vez, o caráter multidimensional do desenvolvimento.

Os resultados encontrados confirmaram a existência de desigualdade socioeconômica entre os municípios de uma mesma região geográfica e entre todas as regiões que constituem o Estado do Paraná.

Espera-se que este estudo contribua com os gestores públicos, de forma a orientá-los na formulação de políticas públicas que diminuam as disparidades socioeconômicas e para uma melhor alocação e gestão dos recursos a fim de promover um desenvolvimento equilibrado entre municípios, mesorregiões e o Estado como um todo.

Essa pesquisa apresentou limitações quanto aos dados, visto que como não havia disponibilidade de algumas variáveis e indicadores para todos os municípios paranaenses, sendo necessária a exclusão de alguns, o que fez com que o estudo fosse realizado a partir de uma amostra. Outra limitação foi quanto à falta de dados anuais e atualizados.

6 Referências

- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE. 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; PACHECO, R. S. A Reforma do Estado Brasileiro e o Desenvolvimento. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n.3, set/nov. 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-3-SETEMBRO-2005-BRESSER.pdf>>. Acesso em: 25 out.2009.
- BUARQUE, S.C. *Metodologia de Planejamento e Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, DF. 1999. Disponível em: <http://www.apodesc.org/sites/documentos_estudos_arquivos/Planej-Metodologia%20de%20planejamento%20do%20desenvolvimento%20local%20e%20municipal%20sustentavel-Sergio%20Buarque>. Acesso em: 22 fev. 2011.
- CARVALHO, S. C. de; CARVALHO, W. O. de. Condições de vida e assistência à saúde nos municípios paranaenses de maior carência no meio rural na década de 1990. In: RODRIGUES, R. L.; MORETTO, A. C. (Orgs.). *Economia paranaense: diagnóstico e dinâmica recentes*. Londrina: Eduel. 2006. p. 261-279.
- COELHO, F. D. *Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local*. São Paulo: Publicações POLIS, 1997.
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DATASUS. (2008). *Situação de saneamento*. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0202>>. Acesso em: 20 out. 2010.
- FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A.; PEREZ, R. Investigação de grupos estratégicos na indústria de laticínios por meio da abordagem multivariada. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.9, n.2, p.152-172. 2008.
- FREY, K. Políticas Públicas: um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n.21, p. 211-259, jun. 2000.

- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 24, n. 4, p.483-486, out./dez. 2004.
- HADDAD, P. R. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. *Cadernos BDMG*. Belo Horizonte, MG, v, 08, pp. 05-82, Abr. 2004.
- HAIR Jr, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman. 2005.
- HO, L.S. The nature of optimal public policy. *International Journal of Social Economics*, v. 27, n. 7/8/9/10, p. 1013–1019. 2000. Disponível em: <<http://www.emerald-library.com>>. Acesso em: 9 nov. 2010.
- HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. (2011). *Sobre o Paraná*. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86>>. Acesso em: 24 fev. 2011.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. (2011). *Base de Dados do Estado*. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 8 set. 2010.
- MAROCO, J. *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo. 2007.
- MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.
- MINGOTI, S. A. *Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: Uma Abordagem Aplicada*. Belo Horizonte: UFMG. 2005.
- MONTEIRO, V.P.; PINHEIRO, J.C. Critério para implantação de tecnologias de suprimentos de água potável em municípios cearenses afetados pelo alto teor de sal. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n.2, p. 365-387, abr/jun. 2004.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. *Finanças Públicas: teoria e prática*. Tradução de Carlos Alberto Primo Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS*. 5. ed. Lisboa: Edições Sílabo. 2008.
- PREFEITURA DE PINHAIS. *História – Considerações Finais*. Disponível em: <<http://www.pinhais.pr.gov.br/acidade/FreeComponent16content290.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- PRESTES-MOTTA, F. C.; BRESSER-PEREIRA, L. C. *Introdução à Organização Burocrática*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Cap. 1, 2, 7.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 27 fev. 2011.
- REZENDE, F.A. *Finanças públicas*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

- ROSADO, P. L.; ROSSATO, M. V.; LIMA, J. E. Análise do Desenvolvimento Socioeconômico das Microrregiões de Minas Gerais. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.40, n.2, p.297-310, abr/jun. 2009.
- RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Brasília: ENAP, 1997.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.
- SALDANHA, C. *Introdução à Gestão Pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: CIA das Pedras, 2000.
- SILVA, G. H. da; MELO, C. O. de; ESPERANCINI, S. T. Determinantes do desenvolvimento econômico e social dos municípios da região oeste do Paraná: hierarquização e regionalização. In: *XLIV Congresso da Sober*, 2006, Fortaleza, CE. XLIV Sober – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/588.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez. 2006.
- SOUZA, N. de J. de. *Desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 1999.
- TAVARES, J. M. *Identificação de padrões distintos de desenvolvimento na região sul do Brasil: uma análise multivariada*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008. 149 p.
- TAVARES, M. M. *Políticas Públicas e Pequenos Municípios: Uma Avaliação no Estado do Paraná*. 2006. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- TESOURO NACIONAL. (2008). *Estados e municípios*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 10 out. 2010.
- TOMAZZONI, E. L. *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caixa do Sul, RS: Educus, 2009.
- TORRES, M. D. de F. *Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil*. 2 Reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- VAZQUEZ BARQUERO, A. *Endogenous development: networking, innovation, institutions and cities*. London: Routledge, 2002.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.
- VIDIGAL, V. G.; AMARAL, I. de C.; SILVEIRA, G. F. Desenvolvimento socioeconômico nas microrregiões do Paraná: uma análise multivariada. In: *VIII ENABER*, 2010, Juiz de Fora, MG. Disponível em: <http://www.estudosregionais.org.br/enaber/padrao.aspx?id_area=90>. Acesso em: 10 out. 2010.

¹ Índice que procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde. Para maiores informações sobre o IPDM, acessar: <http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=99>